

Luís A. Pereira
Presidente

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024



PRODESO - ENSINO PROFISSIONAL, E.M., LDA



Instituto Técnico Artístico
e Profissional de Coimbra

RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS
2024

Lda
Elvina
Peres

(Página em branco)

Índice

Leb. A.
exim
2024

Índice	
Mensagem da Gerência	4
I. MODELO DE GOVERNO	6
II. ATIVIDADE DESENVOLVIDA	11
III. PERSPETIVAS FUTURAS	21
IV. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	21
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
ANEXO N.º 1	24
ANEXO N.º 2	25
ANEXO N.º 3	26
ANEXO N.º 4	27
ANEXO N.º 5	28

Nos termos da Lei e em conformidade com os estatutos da sociedade, a Gerência da PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda. vem submeter à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas respeitantes ao exercício de 2024.

[Handwritten signature]

Mensagem da Gerência

O ano de 2024 foi marcado por dificuldades e desafios. A incerteza indesejável, devida à anunciada mudança de instalações, que não se veio a concretizar, para além da instabilidade provocada, inviabilizou o aumento da oferta formativa, ou seja, novos cursos.

A Gerência da PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda. (PRODESO) confrontada com esse sério constrangimento e outros ao nível da gestão administrativa e financeira, procurou adaptar-se e ajustar a atividade da sociedade com vista a atingir os objetivos estratégicos definidos.

Com a alteração do organograma, foi possível concretizar novas dinâmicas e incrementar outras atividades, nomeadamente a formação acreditada, conferindo à sociedade credibilidade. O reconhecimento da PRODESO como entidade formadora acreditada pelo IEFP para ministrar ações de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, a acreditação pelo INEM para ministrar ações de formação ao nível do Suporte Básico de Vida, e a parceria com a Escola Nacional de Bombeiros, foram uma aposta crucial.

Acresce, a formação profissional ministrada em reforço da empregabilidade dos trabalhadores e da competitividade do Município de Coimbra, através da concretização dos Contratos-Programa celebrados com o Município de Coimbra com elevados níveis de eficácia.

As iniciativas de divulgação das ações de formação profissional no sítio da Prodeso/ITAP, e a concretização da formação a distância através da plataforma Microsoft Teams, vieram consolidar qualitativamente a trajetória de crescimento da sociedade.

Importa, ainda, dar uma palavra especial de agradecimento ao trabalho desenvolvido pela direção pedagógica, pelas equipas pedagógicas, pelos trabalhadores docentes e não docentes, e outros prestadores de serviço, que trabalharam na Escola ITAP ao longo deste ano, e souberam dar resposta às necessidades educativas dos jovens.

Este trabalho viu a Escola ITAP ser reconhecida com a atribuição do selo de conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais, instituído por Recomendação do Parlamento Europeu) por mais três anos.

ocorre
percebe

O reconhecimento dos membros do Conselho Consultivo, dos nossos alunos, das suas famílias na escolha da Escola ITAP são motivo de satisfação e de garantia de que a PRODESO continuará a sua missão de prestar um elevado serviço público de educação e formação.

Em síntese, podemos afirmar que as práticas de gestão orientadas pelo rigor e pela eficácia, potenciaram um caminho para recuperar o equilíbrio e sustentabilidade financeira da sociedade.

A Gerência da PRODESO – Ensino Profissional, E.M., Lda

de. h. Am.

Pedro Miguel Martins Miguens Amaro

Carina Solange Amaral de Oliveira Pereira

de A.

I. MODELO DE GOVERNO

A PRODESO – Ensino Profissional – E.M., Lda.

A PRODESO é uma empresa Municipal proprietária da Escola Profissional ITAP - Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra, desde 1991, cujo capital social é detido pela Câmara Municipal de Coimbra, na sua totalidade.

Tem como objeto social a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, qualificação e formação profissionais, nos termos previstos na alínea a) do artigo 45º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Compete ainda à sociedade a criação e administração de estabelecimentos de ensino e centros de formação destinados ao ensino e à qualificação profissionais, tendo em vista o desenvolvimento social. A sociedade pode ainda desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares, relacionadas com o ensino e com a qualificação e formação profissionais.

Órgãos sociais

São órgãos sociais da PRODESO:

ASSEMBLEIA GERAL	
Representante da CMC	Francisco José de Baptista Veiga
Representante da CMC	Ana Maria Cortez Vaz dos Santos Oliveira
CONSELHO DE GERÊNCIA	
Presidente da Gerência	Pedro Miguel Martins Miguens Amaro
Vogal da Gerência	Carina Solange Amaral de Oliveira Pereira
FISCAL ÚNICO	
Efetivo	Ribeiro, Rigueira; Marques, Roseiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Luís Roseiro

Missão

Prestar um serviço de Educação e Formação de excelência, focado na qualificação profissional de jovens e adultos, proporcionando-lhes a aquisição de competências, que permitam o desenvolvimento de habilidades, atitudes e capacidades, tendo em vista a sua inserção no mundo do trabalho e/ou o prosseguimento de estudos, bem como o exercício responsável de uma cidadania ativa.

Visão

Pretende ser uma empresa de referência na região onde se insere pela excelência da promoção do sucesso escolar e profissional dos seus alunos, pela promoção dos valores da Cidadania e da Inclusão, pelo elevado grau de satisfação das famílias, pelas amplas relações externas que estabelece através da celebração de parcerias estratégicas com diversas entidades empresariais e outras organizações do tecido económico, social e cultural, regional, nacional e europeu.

Valores

Respeito, Responsabilidade, Igualdade, Liberdade, Tolerância, Confiança, Solidariedade, Justiça Social, Rigor, Transparência.

Linhas estratégicas

Tendo em conta o contexto interno e externo, em 2024, a PRODESO definiu os seguintes objetivos estratégicos:

Eixos Estratégicos	Objetivos Estratégicos
I. Qualidade do Ensino e Formação	I.1 Melhorar o sucesso educativo
	I.2 Desenvolver uma cultura interna de Educação para a Cidadania
II. A Escola na Comunidade e Sociedade	II.1 Promover a participação ativa das famílias/Encarregados de Educação
	II.2 Melhorar a imagem da escola na comunidade e promover a relação Escola/Meio
	III.3 Promover a dimensão internacional da formação
III. Organização e Recursos	III.1 Valorizar e Motivar os Recursos Humanos
	III.2 Tornar o Sistema de Gestão eficiente e eficaz
	III.3 Melhorar e Capacitar as Infraestruturas e Equipamentos

Política de Qualidade

Norteados pela missão e valores e visando a constante satisfação das partes interessadas, a PRODESO, numa lógica de melhoria contínua da organização e dos processos educativos e formativos, assumiu um conjunto de princípios orientadores que constituem a sua Política:

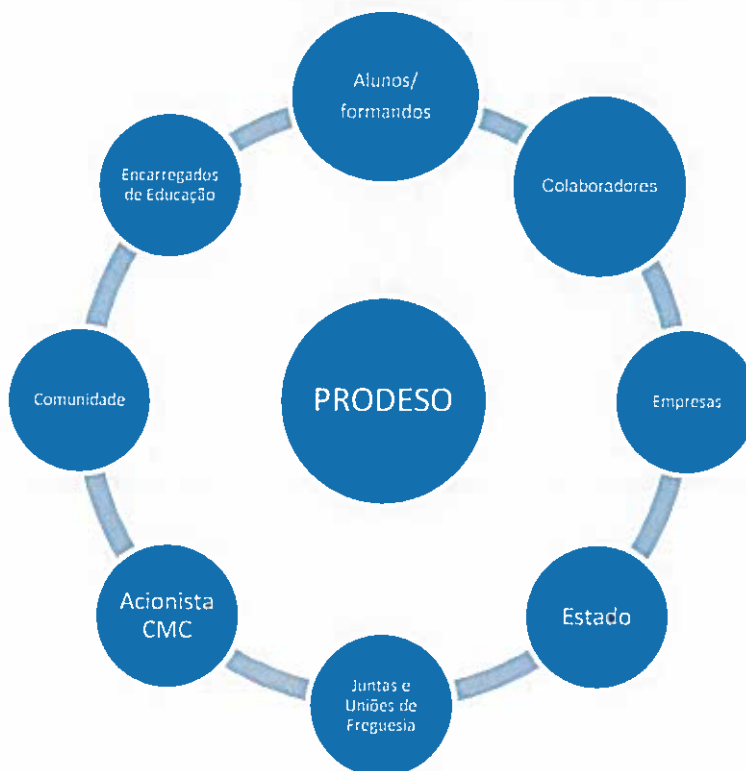
- Desenvolver uma cultura interna de cidadania que fomente os valores da pessoa humana, da democracia e o exercício responsável da liberdade individual;
- Promover a educação inclusiva;
- Garantir a igualdade de oportunidades e de género;
- Intensificar a qualidade das aprendizagens promovendo o sucesso educativo;
- Fomentar experiências de aprendizagem diversificadas que visem incentivar e motivar no aluno o desejo de aprender;
- Reforçar as estratégias de apoio e acompanhamento dos alunos, ao longo do percurso formativo e pós-formativo;
- Promover a participação ativa das famílias no processo educativo e formativo;
- Garantir recursos humanos, tecnológicos e organizacionais adequados aos seus objetivos e à oferta formativa;
- Promover a melhoria contínua da sua eficácia, no respeito pela legislação e normas aplicáveis;
- Criar dinâmicas de integração na comunidade local, através de parcerias;
- Garantir uma dinâmica permanente e coletiva de abertura à inovação, quer ao nível tecnológico e organizacional, quer ao nível pedagógico, de forma a aumentar a satisfação de todos os elementos da comunidade educativa.

Luís A.

Principais partes interessadas

A PRODESO é uma empresa que integra a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações, presta serviço público de educação e formação à comunidade onde se encontra inserida, no respeito pelo meio onde se movimenta e opera, no cumprimento de normas sociais, não descurando as iniciativas de carácter ambiental e de solidariedade.

O envolvimento dos *stakeholders* é crucial para prossecução do seu objeto social. As principais partes interessadas encontram-se representadas na figura seguinte.



dele. A.

Figura 1 – Principais partes interessadas

Estrutura orgânica

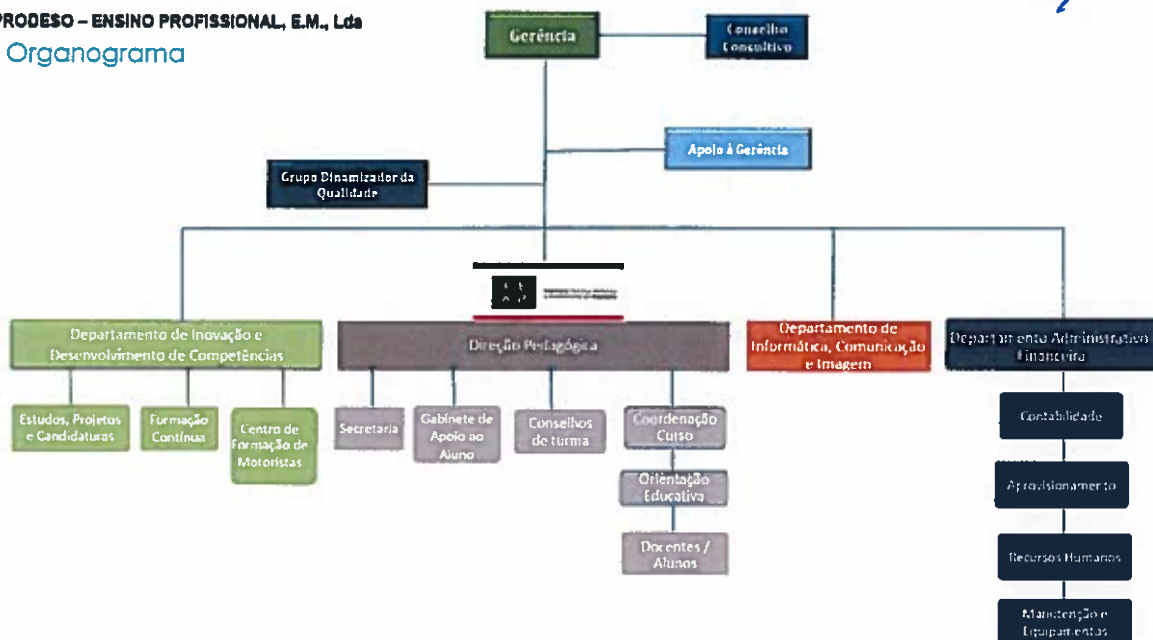
O modelo de governança da PRODESO em 2024 tem como órgão superior de gestão o Conselho de Gerência, cuja atividade é apoiada pelo Departamento de Inovação e Desenvolvimento de Competências, pela Direção Pedagógica do ITAP, e pelos Departamentos de Informática, Comunicação e Imagem e Administrativo e Financeiro. No organograma, para além do Apoio à Gerência, evidencia-se também o Conselho Consultivo e o Grupo Dinamizador de Qualidade.

Elizama Pereira

Organograma 2024

h.l.m.

PRODESO – ENSINO PROFISSIONAL, E.M., Lda
Organograma



Recursos Humanos

A PRODESO a 31 de dezembro de 2024 apresenta os seguintes colaboradores - tabela 1.

Tabela 1 – Quadro de Pessoal.

<i>Categorias</i>	<i>N.º Trabalhadores</i>
Professores	5
Técnicos Superiores	3
Técnicos (afetos aos serviços de secretaria do ITAP, administrativo e financeiro, e apoio à Gerência)	4
Assistentes educativos (afetos aos serviços de apoio educativo, portaria, vigilância, limpeza e manutenção)	5

Um dos técnicos superiores exerce as funções de Direção no Departamento de Inovação e Desenvolvimento de Competências, os outros dois, estão afetos ao Departamento de Informática, Comunicação e Multimédia, e ao Gabinete de Apoio ao Aluno. Neste último

caso, a Psicóloga, que se encontrava a tempo parcial, em setembro de 2024, transitou para o regime de tempo inteiro.

Um dos professores exerce as funções da Direção Pedagógica do ITAP.

A média de idades está acima dos 53 anos, e mais do que três quartos dos trabalhadores são do sexo feminino.

Acresce que as funções e as atividades da área administrativa financeira tiveram a colaboração de prestadores de serviços. Um dos serviços está associado ao de Contabilista Certificado e, o outro aos serviços de Elaboração, Acompanhamento, Execução e Gestão de Candidaturas e Apoios aos Programas Operacionais PESSOAS 2030, e de serviços de contratação pública.

deh. b.

II. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

1.A Escola ITAP

O Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra (ITAP) é uma escola profissional privada de âmbito municipal, criada em 1990, e possui a Autorização de Funcionamento N.º 14, emitida pelo Ministério da Educação.

O ITAP rege-se pelo Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais privadas e públicas, no âmbito do ensino não superior, regulando a sua criação, organização e funcionamento, bem como a tutela e fiscalização do Estado sobre as mesmas.

Nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei 92/2014, de 20 de junho, como escola profissional privada, o ITAP presta um serviço público de educação e integra a rede de entidades formadoras do Sistema Nacional de Qualificações.

No desempenho da sua atividade de natureza pedagógica, o ITAP está sujeito à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação e Ciência e goza de autonomia pedagógica, cultural e tecnológica, sem outras limitações para além das decorrentes da lei.

São atribuições da Escola:

- ✓ Proporcionar aos alunos uma formação geral, científica, tecnológica e prática, visando a sua inserção socioprofissional e permitindo o prosseguimento de estudos;

*Revisão
PC 2024*

- ✓ Preparar os alunos para o exercício profissional qualificado, nas áreas de educação e formação que constituem a sua oferta educativa;
- ✓ Proporcionar aos alunos contatos com o mundo do trabalho e experiências profissionais de carácter sistemático;
- ✓ Promover o trabalho em articulação com as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais, da respetiva região e ou setor de intervenção, tendo em vista a adequação da oferta formativa às necessidades específicas e a otimização dos recursos disponíveis;
- ✓ Contribuir para o desenvolvimento económico e social do País, em particular da região onde se localiza, e dos setores de atividade, através de uma formação de qualidade dos recursos humanos.

Atualmente, por força dos normativos legais em vigor, da reestruturação dos cursos profissionais e da sua integração no Catálogo Nacional de Qualificações, o ITAP está autorizado a ministrar 12 cursos de ensino profissional de nível secundário de educação, que conferem o nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), e 3 cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), do 3.º ciclo do ensino básico, que conferem o nível 2 do QNQ e QEQ, conforme tabelas 2 e 3 que se seguem:

Tabela 2 – Oferta formativa – Cursos Profissionais – Nível 4 do QNQ.

CURSO	CÓDIGO AEF	DESIGNAÇÃO AEF
Animador Sociocultural	762	Trabalho Social e Orientação
Técnico de Comércio	341	Comércio
Técnico de Comunicação_ marketing, relações públicas e publicidade	342	Marketing e Publicidade
Técnico de Gestão	345	Gestão e Administração
Técnico de Multimédia	213	Audiovisuais e Produção dos Media
Técnico de Museografia e Gestão do Património	225	História e Arqueologia
Técnico de Análise Laboratorial	524	Tecnologia dos Processos Químicos
Técnico de Sistemas de Informação Geográfica	581	Arquitetura e Urbanismo
Técnico de Cartografia	581	Arquitetura e Urbanismo

Handwritten signature

Topógrafo / Geómetra	581	Arquitetura e Urbanismo
Técnico de Construção Civil	582	Construção Civil e Engenharia Civil
Técnico de Gestão do Ambiente	850	Proteção do Ambiente / Programas Transversais

Tabela 3 – Oferta formativa – Cursos de Educação e Formação de Jovens – Nível 2 do QNQ.

CURSO	CÓDIGO AEF	DESIGNAÇÃO AEF
Operador de Fotografia	213	Audiovisuais e Produção dos Media
Cuidador de Crianças e Jovens	761	Serviços de Apoio a Crianças e a Jovens
Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias	525	Construção e Reparação de Veículos a Motor

A oferta referida na tabela 3 é concretizada em cursos de duração de dois anos letivos, tipologia tipo T2 (destina-se a alunos com o 7º ano completo/8º ano incompleto), ou com a duração de um ano, tipologia tipo T3, para alunos com 8º ano completo/9º ano incompleto.

Importa destacar que o ITAP é a única Escola do Concelho de Coimbra a ter na sua oferta formativa cursos de Educação e Formação de Jovens com a tipologia T2.

A definição da oferta formativa anual é realizada tendo em conta os seguintes princípios orientadores:

- a) Os cursos que integram a Autorização de Funcionamento da escola;
- b) O Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), que identifica as necessidades de qualificações e as saídas profissionais prioritárias;
- c) As orientações emanadas pela ANQEP e DGEstE, nomeadamente:
 - ✓ A relevância dos cursos a nível local, regional e nacional;
 - ✓ As ofertas existentes no concelho /concorrência;
 - ✓ A proporcionalidade relativamente às turmas em funcionamento na escola;
- d) A resposta à procura/expectativas dos alunos;
- e) As necessidades identificadas pelos *stakeholders*.

*Erasmus
Profissional*

del. M.

Oferta formativa em funcionamento em 2024

Cursos iniciados no ano letivo 2023/2024

No início de 2024, o ITAP tinha em funcionamento os cursos infra identificados - tabela 4.

Tabela 4 – Cursos iniciados em 2023/2024 e que transitaram para 2024.

Cursos a decorrer no ITAP ano letivo 2023/2024	Turmas	Ano Curricular	Nº de alunos
Cursos Profissionais – Nível 4			
Animador Sociocultural	Turma agregada	3.º ano	7
Técnico de Multimédia		(12º ano)	9
Animador Sociocultural	Turma agregada	1.º ano	9
Técnico de Multimédia		(10º ano)	12
Cursos de Educação e Formação de Jovens – Nível 2			
Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias – T2	1	1º ano (7º e 8º ano)	15
Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias – T2	1	2º ano (8º e 9º ano)	13
Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias – T3	1	(9.º ano)	19
TOTAL	5	-	84

Em 2024, final do ano letivo 2023/24, terminaram a formação 4 cursos / ciclos formativos, 2 cursos profissionais e 2 cursos de educação e formação de jovens (CEF). Dos 48 alunos finalistas, 42 concluíram o curso com aproveitamento, obtendo-se uma taxa de aprovação na ordem dos 88%. Nos cursos de educação e formação de Jovens 89% dos alunos continuaram os seus estudos, no nível secundário de educação e 11% optou por ingressar no mercado de trabalho. No que respeita aos cursos profissionais, seis dos alunos diplomados irão realizar um estágio profissional, no âmbito do programa Erasmus+ em Rimini, Itália e os restantes encontram-se a trabalhar. Alguns diplomados dos cursos profissionais pretendem prosseguir estudos de nível superior no próximo ano letivo.

Cursos iniciados no ano letivo 2024/2025

Em conformidade com as orientações metodológicas e critérios de ordenamento das redes de ofertas profissionalizantes para o ano letivo 2024/2025, definidas pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e pela Direção Geral dos Estabelecimento Escolares (DGEstE), em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM_RC), o ITAP apresentou candidatura e obteve autorização para a

*ecurims
p. 10/11*
del. h.

abertura de duas turmas de cursos profissionais com 4 saídas profissionais (animador sociocultural, técnico de Multimédia, técnico comercial e técnico de comunicação _marketing, relações públicas e publicidade), e de 2 turmas de Cursos de Educação e Formação de Jovens, uma turma de tipo 2 e uma turma de tipo 3, do curso Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias.

Face ao reduzido interesse manifestado pelos jovens para as saídas profissionais de técnico comercial e de técnico de comunicação _marketing, relações públicas e publicidade, constituíram-se 2 turmas dos cursos profissionais com a saída profissional animador sociocultural e com a saída profissional de multimédia. No caso do curso CEF Tipo 2, a fraca procura dos alunos não permitiu a constituição da turma.

Apresenta-se, de seguida, a atividade formativa em funcionamento no ano letivo 2024/2025 _ tabela 5

Tabela 5 – Cursos em funcionamento no ano letivo 2024/2025

Cursos em funcionamento no ano letivo 2024/2025	Turmas	Ano Curricular	Nº de alunos
Cursos Profissionais – Nível 4			
Animador Sociocultural	Turmas agregadas	2.º ano (11º ano)	9
Técnico de Multimédia			12
Técnico de Multimédia	1 Turma	1.º ano (10º ano)	17
Animador Sociocultural	1 Turma	1.º ano (10º ano)	15
Cursos de Educação e Formação de Jovens – Nível 2			
Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias – T2	1 Turma	2º ano (8º e 9º ano)	12
Mecânico de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias – T3	1 Turma	(9.º ano)	11
TOTAL	-	-	76

Os 76 alunos, a frequentar o ano letivo 2024/2025, têm uma média de idade de 16,4 anos. Importa, ainda, destacar que desses 76 alunos, 63% são do género masculino e 37% do género feminino, 55% têm necessidades educativas, 54% têm escalão de abono de família, e 37% são alunos de nacionalidade estrangeira.

Para a concretização dos cursos indicados nas tabelas 4 e 5, a Sociedade contratou em regime de prestação de serviço 26 professores/formadores. Para além destes profissionais,

Erasmus
PC 2024

dele A.

importa referir a contratação de uma técnica de ensino especial que integra a equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.

O financiamento da Escola ITAP

Os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Jovens ministrados na Escola ITAP são financiados pelo Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030).

Os projetos são apresentados e aprovados pelas autoridades de gestão do Estado Português no início de cada ano letivo. O financiamento é concedido em função de avisos de candidatura e, de um regulamento específico que têm por base a Portaria n.º 60 - A / 2015 de 2 de março. Estes normativos legais fazem depender a atribuição dos apoios aos alunos e à entidade promotora, de indicadores de realização e de resultado contratualizados e alcançados, tais como:

- Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 (no tempo próprio), tendo como limite mínimo 65% dos alunos que iniciaram a formação;
- Percentagem de pessoas apoiadas durante a formação que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso, tendo como limite mínimo os 50% dos alunos inscritos.

Para além dos indicadores referidos, importa acrescentar que o valor anual aprovado por turma sofre uma redução caso se verifiquem determinados níveis de abandono e de absentismo escolar.

2. Certificação da Qualidade - Selo de conformidade EQAVET

Em março de 2024, a PRODESO viu o Selo de Conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais, instituído por Recomendação do Parlamento Europeu) renovado pelo período de três anos, através do Certificado n.º 308/2024.

3. Programa Erasmus+

O Programa Erasmus+ é o Programa europeu para a educação, formação, juventude e desporto, e visa potenciar o desenvolvimento educativo, profissional e pessoal de todos os cidadãos na Europa, contribuindo assim para o crescimento sustentável, o emprego de

*Erasmus
Penetra*
[Assinatura]

qualidade e a coesão social, bem como impulsionar a inovação e reforçar a identidade europeia e a cidadania ativa.

O ITAP, no seu projeto educativo, integra a dimensão europeia da formação e de promoção de oportunidades para os alunos, procurando contribuir para a igualdade de oportunidades, para o reconhecimento de competências e qualificações no âmbito europeu, para a valorização pessoal e para, de alguma forma, contribuir para mitigar as assimetrias nacionais e europeias do (des)emprego dos jovens.

Foi com esse desígnio que o ITAP, apresentou a sua candidatura ao Programa Erasmus+ para a realização de estágios internacionais, e formação de pessoal, financiados por fundos comunitários.

Os projetos inserem-se na Ação-Chave 1 (KA1) – Mobilidade individual para fins de aprendizagem do projeto ERASMUS+, projeto de mobilidade para fins de aprendizagem de formandos e pessoal das organizações de Ensino e Formação Profissional, e engloba as seguintes modalidades:

- Modalidade A1: Estágios para formandos e recém-diplomados no estrangeiro, e Formação de pessoal no estrangeiro em período de acompanhamento /observação no posto de trabalho (job shadowing) numa empresa ou noutra organização.

Apresenta-se de seguida o projeto Erasmus+ aprovado em 2024 e que irá decorrer em 2025.

Tabela 6 – Projeto Erasmus+ aprovados em 2024 e que irá decorrer e 2025.

PROJETOS	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM	N.º ALUNOS	N.º PROFESSORES
2024-1-PT01-KA122-VET-000231166	01/06/2024	30/11/2025	12	4

4. Formação Acreditada

A formação profissional tornou-se um elemento crucial no cenário atual, caracterizado por constantes mudanças e novos desafios. A necessidade de atualização e aquisição de competências não é apenas uma tendência, mas uma exigência para se manter competitivo e relevante no mercado de trabalho. A rapidez com que a tecnologia avança exige que os profissionais se mantenham atualizados com as novas ferramentas e métodos. A formação profissional permite que os trabalhadores adquiram as competências necessárias para operar as tecnologias emergentes, promovendo a inovação e a eficiência no ambiente de trabalho. A aposta da PRODESO na formação acreditada/homologada e sectorial, não apenas valida a qualidade dos nossos programas

Luís
Pereira



de formação, mas também nos capacitam a continuar a contribuir para a educação e a formação de profissionais altamente qualificados e preparados para enfrentar os desafios do seu campo de atuação.

A formação acreditada/homologada confere à PRODESO um “selo” de reconhecimento e credibilidade. Garante que a formação cumpre padrões elevados de qualidade e que os programas de formação são desenvolvidos e ministrados de acordo com as melhores práticas e normas estabelecidas pelas entidades certificadores, proporcionando uma formação eficaz e relevante.

No último trimestre do ano, a PRODESO iniciou a divulgação das ações de formação no seu sítio – <https://www.itap.pt>, separador Formação Contínua, tendo também dado início à distância através da plataforma Microsoft Teams.

Centro de Formação de Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros

No início de 2015, a PRODESO obteve a licença, concedida pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT) através do alvará n.º 6/2015, para ministrar ações de formação de Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias e de Passageiros, nos termos do Decreto-Lei nº126/2009, de 27/5.

O Centro de Formação iniciou a sua atividade no ano de 2017 e, definiu como objetivo dar resposta às necessidades de qualificação dos recursos humanos das entidades municipais, mais concretamente do Município de Coimbra e dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra. Durante 2024, para além da CIM de Coimbra, alargou a sua área de influência a outros concelhos do país

A PRODESO, na qualidade de entidade formadora certificada, tem homologação para ministrar cursos de formação contínua para motoristas de veículos pesados de mercadorias e de passageiros, com a duração de 35 horas. Esta formação é obrigatória, de 5 em 5 anos, para a renovação do Certificado de Aptidão de Motoristas (CAM) e respetiva Qualificação de Motorista.

Formação Pedagógica Inicial de Formadores

A PRODESO, na qualidade de entidade formadora certificada, obteve no decorrer do ano a autorização de funcionamento de cursos de formação pedagógica inicial de formadores pelo IEFP, I. P..

A Formação Pedagógica Inicial de Formadores visa, a todas as pessoas que queiram exercer a atividade de formador, promover a aquisição, atualização e o aperfeiçoamento de

*ecavims
pena*
Feb. 2025

competências, transferíveis para a sua prática. É nosso objetivo ter equipas pedagógicas altamente qualificadas e a FPIF promovida pela PRODESO desempenha um papel crucial na capacitação destes profissionais, assegurando o desenvolvimento das competências necessárias para ministrar formação de elevada qualidade que garantam que o processo ensino-aprendizagem seja significativo e adaptado às necessidades de cada um.

Formação Suporte Básico de Vida

A PRODESO, durante 2024, viu ser reconhecido pelo INEM a acreditação como entidade formadora acreditada, podendo ministrar cursos de formação de Suporte Básico de Vida (SBV) e Suporte Básico de Vida com Desfibrilhação Automática Externa (SBV-DAE). A certificação pelo INEM representa um reconhecimento formal da qualidade e da conformidade dos programas de formação oferecidos pela nossa entidade. Este processo exigiu a apresentação de uma candidatura detalhada, incluindo documentação que comprova a capacidade técnica e pedagógica para ministrar cursos de Suporte Básico de Vida com DAE. A certificação garante que os formandos, através da metodologia INEM, adquiram competências e práticas de elevada qualidade, alinhadas com as melhores práticas internacionais em emergência médica.

As primeiras 5 ações de formação realizaram-se no último trimestre de 2024, tendo sido possível certificar 30 trabalhadores do Município de Coimbra.

5. Contrato-Programa de delegação de competências do Município de Coimbra

Considerando que o Município de Coimbra tem como objetivo promover a aprendizagem ao longo da vida dos seus trabalhadores, e que a PRODESO pode desenvolver outras atividades, acessórias ou complementares com o ensino, com a qualificação e formação profissional, e que ambas as entidades estão empenhadas em reforçar a capacitação dos trabalhadores e a competitividade do Município de Coimbra, foi possível celebrar dois contratos-programa, um iniciou em dezembro/2023 e terminou em março/2024, e o outro iniciou em abril/2024 e terminou em dezembro/2024.

As áreas de colaboração acordadas foram:

- a) Reforço das competências dos trabalhadores do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia(s);
- b) Diagnóstico de necessidade de formação dos assistentes operacionais do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia(s).
- c) Apoio técnico ao Município e às Juntas e Uniões de Freguesia(s) no âmbito do Programa PT 2030

exames
pendentes
debr.

De realçar que a adesão dos colaboradores do Município e das Juntas e Uniões de Freguesia às atividades formativas propostas foi muito significativa. Foram, assim, realizadas, 59 ações de formação, que correspondem a 640,5 horas de formação ministradas para um total de 866 participantes, correspondentes a 9 992,5 horas de volume de formação. Pode-se, ainda, destacar que a duração média das ações (15,6 horas) encontra-se diretamente relacionada com o tipo de formação realizada – maioritariamente de curta duração, de especialização na área de formação, utilizando-se a metodologia teórico-prática muito orientada para a apresentação e discussão de casos práticos.

Para cada um dos projetos, referidos anteriormente, foram definidos objetivos estratégicos e operacionais, metas e indicadores de eficácia e eficiência que a PRODESO cumpriu com as seguintes taxas de eficácia:

1. Contrato-Programa – dezembro/2023 a março/2024 - A taxa de cumprimento relativa à eficácia e eficiência da execução do objeto de contrato, foi de 89,06%. Ao alcançar este resultado conclui-se que execução do projeto foi Eficaz, tal como definido na alínea a) do ponto 2 da Cláusula Sexta do Contrato-Programa.

2. Contrato-Programa – abril/2024 a dezembro/2024 - A taxa de cumprimento relativa à eficácia e eficiência da execução do objeto de contrato, foi de 85,89%. Ao alcançar este resultado conclui-se que execução do projeto foi Eficaz, tal como definido na alínea a) do ponto 2 da Cláusula Sexta do Contrato-Programa.

6. Formação à medida

A formação contínua à medida para ativos empregados merece o devido destaque, tanto na ótica de instituição e consagração de uma cultura de aprendizagem ao longo a vida, como na de ajustamento das competências dos trabalhadores às efetivas necessidades das empresas.

Prosseguindo uma estratégia de dinamização e atualização da sua oferta formativa por forma a oferecer soluções ajustadas às necessidades atuais, a PRODESO aumentou a sua oferta formativa com a introdução de novos cursos de modo a responder às necessidades das empresas e dos seus colaboradores, seus clientes.

Nesse âmbito, em 2024, a Formação *Intra e Interempresas* registou 17 ações de formação, 214 horas de formação, envolvendo 240 ativos dos mais diversos setores de atividade do tecido económico da região.

III. PERSPETIVAS FUTURAS

del. A.

A Gerência pretende diversificar a oferta formativa da Escola ITAP. Para tal, será necessário e imprescindível, dotar a sociedade de infraestruturas adequadas às necessidades do mercado de trabalho e ao aumento da procura do público-alvo (alunos/formandos).

Pretende-se ainda:

- i) Celebrar um novo contrato-programa de delegação de competências com o Município de Coimbra;
- ii) Dinamizar adequadamente a formação acreditada;
- iii) Formalizar candidatura ao Programa Erasmus+ para o próximo ano letivo;
- iv) Implementar outras atividades de natureza educativa e/ou formativa junto da comunidade local e regional;
- v) Amortizar os valores em dívida do financiamento bancário.

À data de hoje, a PRODESO viu aprovada a candidatura ao Programa PESSOAS 2030 de Formação Modular Certificada, consolidando o caminho traçado, e concretizando um dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Atividades para 2024.

IV. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1 Introdução

Apesar de o resultado líquido ainda ser negativo, em 2024 a PRODESO demonstra uma melhoria no seu desempenho económico em comparação com 2023. Esta melhoria deve-se ao facto de o crescimento dos rendimentos (36%) ter superado o aumento dos gastos (7%). O acréscimo nos rendimentos foi principalmente atribuído ao aumento dos subsídios à exploração. Quanto aos gastos, o incremento verificou-se essencialmente nos gastos com pessoal, refletindo um compromisso contínuo com a qualidade da oferta educativa e formativa. Este aumento foi parcialmente compensado pela redução nos Fornecimentos e Serviços Externos, resultado de renegociações eficazes com prestadores de serviços e de uma gestão mais criteriosa dos custos.

2. Apreciação das demonstrações financeiras/síntese

Da apreciação das demonstrações financeiras destacamos a seguinte informação:

Os rendimentos em 2024 aumentaram 36% face a 2023, conforme se pode observar na tabela 8.

delib.

Tabela 8 – Rendimentos e ganhos de 2023 e 2024.

RENDIMENTOS E GANHOS	31/12/2024	31/12/2023
Prestações de serviços	11 612,50 €	11 010,00 €
Subsídios à exploração	588 934,11 €	431 546,05 €
Outros rendimentos e ganhos	1 701,65 €	524,20 €
TOTAL	602 248,26€	443 080,25 €

Este aumento também reflete a normalização dos processos após os atrasos gerados pela transição do quadro comunitário POCH 2020 para o novo quadro Pessoas 2030. A demora na publicação dos novos regulamentos e avisos de abertura, durante 2023, resultou numa atividade reduzida e, conseqüentemente, no reconhecimento de um menor volume de subsídios à exploração nesse ano. Em 2024, com a retoma das atividades e a estabilização dos procedimentos, observou-se um incremento de cerca de 154 mil euros nestes subsídios.

Os gastos em 2024 aumentaram 7% face a 2023, conforme se pode observar na tabela 9.

Tabela 9 – Gastos e perdas de 2023 e 2024.

GASTOS E PERDAS	31/12/2024	31/12/2023
Fornecimento de serviços externos	279 516,45 €	312 925,81 €
Gastos com pessoal	478 591,87 €	394 628,10 €
Gastos de depreciação e de amortização	4 684,27 €	5 076,01 €
Outros gastos e perdas	1 590,48 €	900,00 €
Gastos e perdas de financiamento	6 074,85 €	6 013,05 €
TOTAL	770 457,92 €	719 542,97 €

Parte significativa desse aumento deve-se ao reforço do quadro de pessoal da sociedade, à atualização salarial decorrente do aumento do valor do salário mínimo nacional, bem como à entrada em vigor em 01/09/2024 da portaria de extensão que procedeu à atualização salarial das remunerações dos trabalhadores (docentes e não docentes) das Escola Profissionais.

*de dda
Carina
Pereira*

Os gastos com fornecimento e serviços externos diminuíram 11% face a 2023, sendo que parte desse esforço se deve à diminuição do valor hora do formador da Escola ITAP, e também à diminuição de encargos com prestadores de serviço, assim como de outros fornecedores.

A atual Gerência da PRODESO tem empreendido esforços para reduzir o financiamento bancário, uma dívida contraída anteriormente. No entanto, o aumento das despesas com o serviço da dívida, incluindo taxas de juros e comissões, neutralizou o impacto da redução do saldo devedor do empréstimo. Portanto, os gastos com financiamento mantiveram-se praticamente inalterados. Sem esta redução do empréstimo, os custos de financiamento teriam aumentado.

Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A PRODESO não é devedora de quaisquer importâncias às Finanças, à Segurança Social ou à Caixa Geral de Aposentações.

Aplicação de resultados

Em conformidade com o estabelecido na alínea f) do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, e de acordo com os elementos contabilísticos que acompanham o presente relatório, a gerência propõe a seguinte aplicação para os resultados líquidos negativos:

Resultados Transitados -168 209,66 €.

Por fim, refira-se que não temos conhecimento de factos relevantes após o termo do exercício.

Coimbra, 14 de fevereiro de 2025

O Presidente da Gerência



Pedro Miguel M.M. Amaro

A Vogal da Gerência



Carina Solange A. O. Pereira

de 12/12

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO N.º 1

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda.
BALANÇO EM 31 Dezembro de 2024

Contribuinte: 502675870

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	6 821,91	8 156,47
Ativos intangíveis	3	1 259,46	2 421,67
		8 081,37	10 578,14
Ativo Corrente			
Devedores por transferência e subsídios	20.1 i)	855 833,61	0,00
Clientes, contribuinte e utentes		2 137,50	3 060,00
Outras contas a receber	20.1 ii)	19 716,18	8 796,80
Diferimentos	20.2 v)	4 397,66	5 377,58
Caixa e depósitos		57 471,15	188 845,50
		939 556,10	206 079,88
Total do ativo		947 637,47	216 658,02
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		476 462,72	200 000,00
Reservas		83 481,23	83 481,23
Resultados transitados		-409 703,89	-133 241,17
Resultado líquido do período		-168 209,66	-276 482,72
Total do Património Líquido		32 030,40	-76 222,66
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Credores por transferência e subsídios concedidos	20.2 i)	396 176,13	0,00
Fornecedores		6 338,48	18 850,69
Estado e outros entes públicos	20.2 ii)	16 985,56	24 494,03
Financiamentos obtidos	20.2 iii)	54 000,00	101 500,00
Outras contas a pagar	20.2 iv)	65 669,72	59 991,71
Diferimentos	20.2 v)	376 435,18	68 044,25
		915 607,07	292 880,68
Total do passivo		915 607,07	292 880,68
Total do Património Líquido e passivo		947 637,47	216 658,02

Coimbra, 14 fevereiro de 2025

A Gerência

[Assinatura]

O Contabilista Certificado

[Assinatura]

RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS
2024

*causans
peneira*

del. h.

ANEXO N.º 2

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda.

Contribuinte: 502675870

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 Dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Prestação de serviços	13	11 612,50	11 010,00
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	588 934,11	431 546,05
Fornecimentos e serviços externos	28.3 n	-279 516,45	-312 825,81
Gastos com pessoal	19	-475 591,87	-394 626,10
Outros rendimentos e ganhos		1 220,40	524,20
Outros gastos		-1 590,48	-600,00
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		-157 931,79	-265 373,66
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-4 684,27	-5 076,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-162 616,06	-270 449,67
Juros e rendimentos similares obtidos		481,25	
Juros e gastos similares suportados		-6 074,85	-6 013,05
Resultado antes de impostos		-168 209,66	-276 462,72
Resultado líquido do período		-168 209,66	-276 462,72

Colmbra, 14 fevereiro de 2025

A Gerência

del. h.

O Contabilista Certificado

Liliana Quintas

RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS
2024

Cláudio Pereira
L. A. Am

ANEXO N.º 3

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda

Contribuinte: 502675870

Demonstração das alterações no Património Líquido do período em 31 dezembro 2023

Moeda: EURO

Rúbrica	Moeda	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos Outras Variações Cap Próp	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2024		50 000,00		200 000,00			83 481,23	-133 241,17			-276 462,72	-76 222,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira Adopção do SNC												
Alterações de Políticas Contabilísticas												
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras												
Realização do Excedente de Revalorização												
Excedente de Revalorização												
Ajustamentos por Impostos Diferidos												
Outras Alterações reconhecidas no Património Líquido											238 991,43	238 991,43
RESULTADO LÍQUIDO											-276 462,72	-276 462,72
RESULTADO INTEGRAL											-37 471,29	-37 471,29
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de Capital/ Património												
Realizações de Prémio de Emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras Operações												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2024		50 000,00		200 000,00			83 481,23	-133 241,17			-168 209,66	-76 222,66

PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda

Contribuinte: 502675870

Demonstração das alterações no Património Líquido do período em 31 dezembro 2024

Moeda: EURO

Rúbrica	Moeda	Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos Outras Variações Cap Próp	Excedentes de Revalorização	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2024		50 000,00		200 000,00			83 481,23	-133 241,17			-276 462,72	-76 222,66
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira Adopção do SNC												
Alterações de Políticas Contabilísticas												
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras												
Realização do Excedente de Revalorização												
Excedente de Revalorização												
Ajustamentos por Impostos Diferidos												
Outras Alterações reconhecidas no Património Líquido											-276 462,72	276 462,72
RESULTADO LÍQUIDO											-276 462,72	-276 462,72
RESULTADO INTEGRAL											-276 462,72	-276 462,72
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de Capital/ Património												
Realizações de Prémio de Emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras Operações				276 462,72								276 462,72
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2024		50 000,00		476 462,72			83 481,23	-409 703,89			-168 209,66	32 030,40

Coimbra, 14 fevereiro de 2025

A Gerência

L. A. Am

O Contabilista Certificado
L. Erasmo Quin bp

PRODESO – Ensino Profissional, E. M., Lda.

Pág. 26

RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS
2024

Lucas Pereira

del. A.

ANEXO N.º 4

Entidade: PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda

Contribuinte: 502675870

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2024

Moeda: EURO

RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recbimentos de clientes		12 535,00	12 780,00
Pagamentos a fornecedores		-127 688,12	-135 324,62
Pagamentos ao pessoal		-429 801,05	-349 520,12
Caixa gerada pelas operações		-544 954,17	-672 064,74
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recbimentos/pagamentos		191 916,96	384 094,13
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-353 037,22	-28 029,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 187,50	-2 065,28
Ativos intangíveis			-3 487,85
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recbimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		481,58	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 705,92	-5 552,43
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recbimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos		276 943,97	238 891,43
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-47 500,00	
Juros e gastos similares		-6 074,85	-6 813,05
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		223 369,12	232 078,38
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-131 374,35	139 366,34
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		188 845,50	49 449,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		57 471,15	188 845,50

Coimbra, 14 fevereiro de 2025

A Gerência

del. A.

O Contabilista Certificado

Leonor Quintas

*Examinado
perfeito*

dede.d.

ANEXO N.º 5

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda

NIF: 502 675 870

Sede: Rua da Casa Branca, 3030-109 Coimbra

Atividade principal: ENSINO SECUNDÁRIO TÉCNICO E PROFISSIONAL

Código da classificação económica: 85320-R3

Tutela: Ministério da Educação/Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)

1.2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13.º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo

International Accounting Standards Board. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

d. Quilim

De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

b. Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

c. Comparabilidade

Em 2024 os valores são comparáveis com os de 2023.

e. Valores de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos bancários era como segue:

MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	87,89 €	410,28 €
Depósitos à ordem	57 383,26 €	188 435,22 €
TOTAL	57 471,15 €	188 845,50 €

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Luciano Pereira
ad. 10/10

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

[Handwritten signature]

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a PRODESO continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Os principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 3 – Ativos Intangíveis e encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Esta rubrica compreende apenas programas de computador.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso e se encontra nas condições necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

[Handwritten signature]

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

Atualmente, apenas um dos programas de computador está em processo de amortização. Os restantes programas de computador encontram-se totalmente amortizados. A vida útil estimada dos ativos intangíveis entre 1 a 4 anos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

b) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Estes ativos são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se: (a) for provável que fluirão para a PRODESO benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e (b) o custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta para a generalidade dos ativos, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

Luís

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço

c) Imparidade de ativos

De acordo com a NCP 9 – Imparidade de Ativos, as quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e outros ativos relativamente aos quais existem requisitos contabilísticos de imparidade noutras NCPs são revistas anualmente para determinar a existência, ou não, de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, a PRODESO procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade num ativo intangível ou num ativo fixo tangível, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

h.h.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

d) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 - Instrumentos Financeiros.

A PRODESO reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: (a) dinheiro; (b) um instrumento de capital próprio de uma outra entidade; (c) um direito contratual: (i) de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; (ii) de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) uma obrigação contratual: (i) para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou (ii) para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis. Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as

obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

[Handwritten signature]

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

e) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

De acordo com a NCP 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A PRODESO não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis e materiais. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

f) Benefícios dos empregados

A PRODESO contabiliza os benefícios dos empregados de acordo com a NCP 19. De acordo com esta norma, as obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano,

*Quim
Pereira*
Adm

sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

del. M.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

g) Regime do acréscimo

A PRODESO regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos".

h) Rendimentos

A PRODESO aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 - Rendimentos de Transações Com Contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de Transações Sem Contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a PRODESO benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

As transferências e subsídios correntes obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a PRODESO cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e à depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica "Transferências e subsídios correntes obtidos"), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos

gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

de L. A.

i) Partes relacionadas

A PRODESO identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Divulgações de Partes Relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- Órgãos Sociais - Estes incluem a Direção, Assembleia-Geral, e o Fiscal Único. Como membros dos órgãos sociais, têm poderes de decisão ou influência direta sobre a gestão operacional e estratégica da PRODESO.
- Entidades de Supervisão - No contexto de uma empresa municipal, as entidades de supervisão podem incluir órgãos governamentais locais e nacionais responsáveis pela fiscalização e regulação das atividades educativas. Isto pode incluir o Ministério da Educação ou outras entidades reguladoras locais que têm o poder de influenciar a operação da PRODESO.
- Câmara Municipal de Coimbra - Como proprietária e promotora da PRODESO, a Câmara Municipal tem influência significativa sobre as políticas e financiamento da organização, podendo afetar diretamente as operações e a estratégia da empresa.

2.3. JULGAMENTOS COM IMPACTOS NAS QUANTIAS RECONHECIDAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Órgão de Gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 incluem:

- Testes de imparidade realizados aos ativos e registo de perdas por imparidade;
- Especialização dos projetos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

lud. A.

Alterações significativas a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva, conforme disposto na NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros.

2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da PRODESO, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como as respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

BRUTO				
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	Saldo em 31/12/2023	Adições	Abates	Saldo em 31/12/2024
Programas de computador	207 943,60 €		- 197 462,79 €	10 480,81 €
TOTAL	207 943,60 €	- €	- 197 462,79 €	10 480,81 €

AMORTIZAÇÕES				
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	Saldo em 31/12/2023	Adições	Abates	Saldo em 31/12/2024
Programas de computador	- 205 521,93 €	- 1 162,21 €	197 462,79 €	- 9 221,35 €
TOTAL	- 205 521,93 €	- 1 162,21 €	197 462,79 €	- 9 221,35 €

TOTAL LÍQUIDO	2 421,67 €	- 1 162,21 €	- €	1 259,46 €
----------------------	-------------------	---------------------	------------	-------------------

*exames
pendentes
abundante*

Em 2024, foram efetuados abates de programas de computador, no valor de cerca de 197 mil euros, que já não estavam em uso e encontravam-se totalmente amortizados.

deletar

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi a seguinte:

BRUTO				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Saldo em 31/12/2023	Adições	Abates	Saldo em 31/12/2024
Equipamento básico	258 293,09 €	1 400,00 €	- 4 046,00 €	255 647,09 €
Equipamento administrativo	72 282,51 €	787,50 €		73 070,01 €
TOTAL	330 575,60 €	2 187,50 €	- 4 046,00 €	328 717,10 €

DEPRECIACÕES				
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Saldo em 31/12/2023	Adições	Abates	Saldo em 31/12/2024
Equipamento básico	- 252 277,46 €	- 1 541,68 €	4 046,00 €	- 249 773,14 €
Equipamento administrativo	- 70 141,67 €	- 1 980,38 €		- 72 122,05 €
TOTAL	- 322 419,13 €	- 3 522,06 €	4 046,00 €	- 321 895,19 €

TOTAL LÍQUIDO	8 156,47 €	- 1 334,56 €	- €	6 821,91 €
----------------------	-------------------	---------------------	------------	-------------------

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

As prestações de serviços, efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, têm a seguinte decomposição:

Prestação de serviços	2024	2023
Formação CAM	- €	9 210,00 €
Certificados de aprovação	9 612,50 €	- €
Formação BI	2 000,00 €	1 800,00 €
TOTAL	11 612,50 €	11 010,00 €

*Erasmus
Pessoas*

L.P.A.

14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos correspondem a subsídios à exploração recebidos, os quais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 têm a seguinte decomposição:

Subsídios à exploração obtidos	2024	2023
Pessoas CP	239 848,21 €	260 126,51 €
Pessoas CEF	172 263,58 €	112 101,54 €
Contrato Programa 2023 e 2024	165 100,00 €	24 900,00 €
Estágio ATIVAR	8 327,72 €	- €
Erasmus	3 394,60 €	34 418,00 €
TOTAL	588 934,11 €	431 546,05 €

A variação no valor dos subsídios à exploração de 2023 para 2024 deve-se principalmente à forma como estes subsídios são reconhecidos, que é proporcional à execução da despesa relacionada. Em 2023, observou-se um valor mais baixo devido à transição do quadro comunitário POCH 2020 para o novo quadro Pessoas 2030. Esta mudança implicou um período mais demorado que o previsto para a publicação dos novos regulamentos e avisos de abertura, necessários para o financiamento das escolas profissionais privadas. Estes atrasos resultaram numa redução das atividades financiáveis durante 2023, que se reflete num menor volume de subsídios reconhecidos. Em 2024, com a normalização do processo e a retoma das atividades, justifica o aumento de cerca de 157 mil euros verificado nesta rubrica.

17. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE RELATO

Até à data da emissão destas demonstrações financeiras, a Gerência da PRODESO não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que possam indicar a existência de condições que já se verificavam à data do balanço e que necessitassem de ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os valores de gastos com pessoal no ano de 2024 e 2023 foram os seguintes:

*euim
Peres
Luis*

GASTOS COM PESSOAL	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais	54 451,72 €	54 405,02 €
Remunerações do pessoal	324 307,84 €	267 178,27 €
Encargos sobre as remunerações	96 731,04 €	71 765,48 €
Seguros de acidente de trabalho e doença	3 101,27 €	1 279,33 €
Total	478 591,87 €	394 628,10 €

O aumento de cerca de 84 mil euros nesta rubrica deveu-se à necessidade de reforço da equipa, incluindo a contratação de um responsável de informática, comunicação e imagem, bem como um responsável para o departamento de inovação e desenvolvimento de competências. Além disso, a psicóloga passou de tempo parcial para tempo inteiro e foi integrado um estágio profissional, contribuindo para o incremento verificado nos gastos com pessoal.

28. OUTRAS DIVULGAÇÕES

28.1. ATIVO

i) Devedores por transferências e subsídios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Devedores por transferências e subsídios decompõem-se como segue:

Devedores por transferências e subsídios	31/12/2024	31/12/2023
IEFP medida Estagio Ativar	3 443,79 €	- €
Pessoas CP 2023/24	191 825,75 €	- €
Pessoas CEF 2023/24	159 561,71 €	- €
Erasmus + 2024/2025	44 395,40 €	- €
Pessoas CEF 2024/25	115 023,67 €	- €
Pessoas CP 2024/25	341 583,29 €	- €
TOTAL	855 833,61 €	- €

O saldo significativo de 855.833,61 euros nesta rubrica resulta principalmente dos montantes a receber do Fundo Social Europeu e do Orçamento Segurança Social, relacionados com os Programas Cursos Profissionais (CP) e Cursos de Educação e Formação (CEF), abrangendo os anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025.

Erasmus
Personas

de 2024

2024

O ano de 2023 coincidiu com a transição para o novo quadro comunitário de apoio, do POCH 2020 para o Pessoas 2030. Esta transição, não tendo sido pacífica, resultou em atrasos por parte das autoridades de gestão na publicação dos regulamentos e avisos de abertura necessários para o financiamento de escolas profissionais privadas, o que só ocorreu em 2024.

Este atraso explica tanto a ausência de saldos comparativos para 2023 como os elevados valores em dívida para 2024, que correspondem a dois anos letivos.

ii) Outras Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Outras Contas a Receber decompõem-se como segue:

Outras contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações ao pessoal	690,12 €	- €
Cauções ERASMUS +	19 026,06 €	- €
Erasmus 22/23	- €	8 796,80 €
TOTAL	19 716,18 €	8 796,80 €

28.2. PASSIVO

i) Credores por transferências e subsídios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Credores por transferências e subsídios decompõem-se como segue:

Credores por transferências e subsídios concedidos	31/12/2024	31/12/2023
DGEST	396 178,13 €	- €
TOTAL	396 178,13 €	- €

O saldo de 396.178,13 euros nesta rubrica resulta dos atrasos nas publicações dos regulamentos e avisos de abertura necessários para o financiamento das escolas

*elimina
passiva*
*de
deput*

profissionais privadas, nas quais se inclui a PRODESO. Estes atrasos impactaram significativamente a tesouraria destas instituições.

Para mitigar este problema, o Governo emitiu a Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023, que proporcionou às escolas um adiantamento para as candidaturas aprovadas do ano letivo de 2023/2024. A maior parte destes adiantamentos, geridos pela DGEST, foi recebida em 2024, totalizando o saldo mencionado, os quais terão de ser devolvidos, de acordo com os normativos legais aplicáveis.

ii) Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos decompõem-se como segue:

EOEP - Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Imposto sobre o rendimento	8 300,38 €	11 179,63 €
Contribuições para a segurança social	8 685,18 €	13 314,40 €
TOTAL	16 985,56 €	24 494,03 €

iii) Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Financiamentos obtidos decompõem-se como segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/12/2024	31/12/2023
C/corrente convertida em empréstimo prestacional	54 000,00 €	101 500,00 €

Este financiamento, que originalmente consistia numa conta corrente caucionada com um limite de 200.000 euros, foi reestruturado em 2023. Por forma a reduzir esta responsabilidade, foi celebrado um acordo com a instituição bancária que converteu o saldo em dívida num empréstimo a ser amortizado em prestações trimestrais. De acordo com o plano financeiro estabelecido, o empréstimo estará totalmente liquidado até 2025.

*Erasmus
pendente*
[assinatura]

iv) Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Outras Contas a Pagar decompõem-se como segue:

Outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Acrescimos de gastos	64 523,37 €	53 792,53 €
Outros	1 146,35 €	6 199,18 €
TOTAL	65 669,72 €	59 991,71 €

v) Diferimentos (Ativos e Passivo)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de Diferimentos, tanto ativos, como passivos, decompõem-se como segue:

Diferimentos - Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Seguros	478,40 €	2 142,14 €
Outros	3 919,26 €	3 235,44 €
TOTAL	4 397,66 €	5 377,58 €

Diferimentos - Passivo	31/12/2024	31/12/2023
Pessoas CP	266 112,51 €	13 378,25 €
Pessoas CEF	46 618,90 €	- €
Contrato Programa	- €	65 100,00 €
Estágio ATIVAR	281,77 €	- €
Erasmus	63 422,00 €	9 566,00 €
TOTAL	376 435,18 €	88 044,25 €

O aumento de aproximadamente 288 mil euros na rubrica de diferimentos (passivos) reflete a retoma da atividade. A maior parte dos subsídios relativos aos anos letivos de 2023/24 e 2024/25 foi recebida apenas em 2024. Como os programas correspondentes ainda não foram completamente executados até a data do balanço, este valor encontra-

*Luís
Pereira*
Luís

se diferido, refletindo o princípio contabilístico que os reconhece em função da sua realização efetiva.

28.3. OUTROS GASTOS E RENDIMENTOS

i) Fornecimentos e Serviços Externos

Durante o ano de 2024 e 2023 a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) teve a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços externos	2024	2023
Trabalhos especializados	20 509,97 €	7 617,36 €
Publicidade e propaganda	3 540,02 €	143,56 €
Vigilância e Segurança	627,84 €	598,32 €
Honorários	84 517,69 €	112 026,83 €
Comissões do banco	2 894,41 €	4 075,37 €
Conservação e Reparação	7 542,70 €	2 976,55 €
Licenças de Software	3 906,76 €	3 489,19 €
Ferramentas e Utensílios de Desgate Rápido	180,93 €	302,15 €
Livros e Documentação Técnica	10,00 €	120,00 €
Material de Escritório	3 952,79 €	2 437,06 €
Deslocações	681,54 €	101,65 €
Material para as aula de educação física	5 129,03 €	2 630,54 €
Rendas e alugueres	62 054,20 €	71 502,00 €
Comunicação	4 768,25 €	4 514,62 €
Seguros de alunos	133,91 €	1 026,54 €
Contencioso e Notariado	433,56 €	421,35 €
Despesas de Representação	2,40 €	155,30 €
Limpeza, Higiene e Conforto	2 067,57 €	2 592,20 €
Subídio de alimentação	66 216,00 €	55 739,74 €
Subídio de Alojamento	1 527,80 €	- €
Subídio de Transporte	470,90 €	7 751,86 €
Bolsa de Material de Estudo	8 346,40 €	3 358,00 €
Encargos com ERASMUS alunos	- €	12 347,79 €
Encargos com ERASMUS professores	- €	16 997,83 €
Outros	1,78 €	- €
TOTAL	279 516,45 €	312 925,81 €

De 2023 para 2024, houve uma redução de cerca de 33 mil euros nos gastos com FSE explicada, sobretudo, pelos seguintes fatores: (i) Em 2024, os formadores deixaram de assumir coordenações de cursos, e o curso de Comunicação foi descontinuado, que está na origem da redução expressiva evidenciada na rubrica dos honorários; (ii) A partir de 2024, o valor mensal da avença dos serviços de contabilidade diminuiu de 1.000 euros para 600 euros; e (iii) A rubrica de rendas registou uma diminuição de 2023 para 2024 devido a uma renegociação bem-sucedida com o senhorio. Em meados de 2023, a PRODESO negociou uma redução no valor da renda mensal das instalações, que passou de 6.247 euros para 5.000 euros a partir de julho de 2023. Esta renegociação resultou em custos de arrendamento mais baixos refletidos no exercício de 2024.

Coimbra, 14 de fevereiro de 2025

O Presidente da Gerência


Pedro Miguel M.M. Amaro

A Vogal da Gerência


Carina Solange A. O. Pereira

O Contabilista Certificado


Liliana Quintão

*delet
e em m
perda*





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 947.637,47 euros e um total de património líquido de 32.030,40 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 168.209,66 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda., em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Apesar dos esforços da Entidade para reverter a situação, o resultado líquido de 2024 permaneceu negativo, embora tenha apresentado uma melhoria significativa em comparação com o ano anterior. É importante salientar que o património líquido de 2024 é positivo, no valor de 32.030,40 euros, devido ao apoio financeiro do sócio único que cobriu integralmente os prejuízos de 2023. Assim, a Entidade ainda permanece dependente do suporte financeiro do sócio único para manter a sua operacionalidade e sustentabilidade futura. Adicionalmente, a Entidade opera em instalações arrendadas e, por exigência do senhorio, deveria ter mudado de local no final de 2024. Embora já existam algumas alternativas em consideração, o novo espaço ainda não está totalmente definido. Além da escolha do local, serão necessários preparativos adicionais e as devidas aprovações das autoridades competentes. Neste campo, a Entidade conta com o empenho ativo do sócio único para resolver estas questões e garantir a continuidade das atividades escolares.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita na O.R.O.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10.000 Euros • NIPC/VAT: 507 327 314 • C.R.C. Lisboa
Sede: Rua Julieta Ferrão, 12 - Sala 903 - Torre A • 1600 - 131 LISBOA • PORTUGAL • Tel. +351 217 910 703 • Fax +351 217 910 685

Escritório: Avª da República - Edifício Estoril Office - A4 - Escritório 27 - 3º Piso • 2649 - 517 ALCABIDECHE • PORTUGAL • Tel. +351 219 242 943 • Fax. +351 219 242 944

www.rmmr-sroc.pt



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

A Entidade não preparou as demonstrações orçamentais de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto ao facto de não conter as divulgações aplicáveis ao subsector da educação, previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Sobre a contabilidade de gestão

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, não integram a informação sobre a contabilidade de gestão prevista no Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP).



RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO
& ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Estoril, 18 de fevereiro de 2025

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:

Luís Alexandre Cantante Botelho Roseiro, ROC n° 843

Registado na CMVM com o n° 20160468

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita na O.R.O.C. com o n.º 197 • Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 20161495 • Capital social de 10.000 Euros • NIPC/VAT: 507 327 314 • C.R.C. Lisboa

Sede: Rua Julieta Ferrão, 12 - Sala 903 - Torre A • 1600 - 131 LISBOA • PORTUGAL • Tel. +351 217 910 703 • Fax +351 217 910 685

Escritório: Avª da República - Edifício Estoril Office - A4 - Escritório 27 - 3º Piso • 2649 - 517 ALCABIDECHE • PORTUGAL • Tel. +351 219 242 943 • Fax. +351 219 242 944

www.rrmr-sroc.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Sócios

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as contas apresentados pela Gerência da PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda., relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2024.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Entidade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Gerência e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efetuado e conforme mencionado na Certificação Legal das Contas, que inclui uma ênfase relativa à incerteza material relacionada com a continuidade, é nossa convicção que o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, são suficientemente esclarecedores da situação da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias. Confirmamos que o relatório de contas e gestão satisfaz os requisitos legais.

PARECER

Considerando as análises e trabalhos efetuados e considerando o teor da Certificação Legal das Contas somos de parecer que a Assembleia Geral da PRODESO - Ensino Profissional, E.M., Lda. aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do ano findo em 31 de dezembro de 2024; e
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Estoril, 18 de fevereiro de 2025

O FISCAL ÚNICO

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Luís Alexandre Cantante Botelho Roseiro, ROC n.º 843

Registado na CMVM com o n.º 20160468